oportunidade de agregar conhecimento histórico-cultural e que ela não é uma atividade inata, trata-se de uma atividade construída pelo homem, social aprendida através das interações humanas e que os adultos podem usar como ferramenta para ensinar e também desenvolver nas crianças as capacidades de imaginação, de compreensão e do respeito a regras para uma convivência social efetiva.

Referências.

Brito Alencar de, Teca 2019 Editora Peirópolis-Um jogo chamado Música: Escuta, experiência, criação, educação.

Pereira Storniolo,Sylvia Regina, 2016- A música na educação infantil como facilitadora do processo ensino-aprendizagem.

http://musicanainfancia.com.br/o--que-e-musicalizacao-infantil/ http://sabra.org.br acessado em 07-10-2021 http://etapa.com.br acessado em 15-11-2021 http://leiturinha.com.br

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) 1998.

Curso Aprofem: Trabalhando com música- educação inclusiva e integral. Realizado de 10-03-2021 a 27-03-2021.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA

PRISCILLA BÁRBARA ALVES BICUDO

RESUMO

O presente trabalho objetiva, portanto evidenciar a importância das LIBRAS para o desenvolvimento do surdo partindo da constatação de que a língua natural dos surdos é a língua de sinais, logo deveria ser a língua materna e grande parte desses surdos vem de lares de pais ouvintes, o que enfatiza ainda mais a importância e necessidade de uso do ensino da mesma no contexto escolar, considerando os direitos linguísticos, os surdos têm direitos de usar a sua língua materna em todas as situações e as instituições de ensino brasileiro, apoiando o seu uso e difusão universalizando, assim o seu ensino de LIBRAS, educação de surdos. No início da década de 90, houve uma estruturação curricular onde a Libras deveria ser inserida como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.Obviamente enfrenta-se um desafio, tomar a escola um espaço aberto e adequado ao ensino inclusivo. Sabe-se que muitos obstáculos são encontrados, particularmente sobre os princípios da educação inclusiva para que atenda as especificidades de cada aluno portador de deficiência auditiva, mas para que haja uma verdadeira inclusão, é preciso que os professores também tenham apoio dos familiares do portador de deficiência, promovendo a acessibilidade do mesmo em classe de ensino regular para que possa adquirir incentivos a autonomia e o espirito critico criativo e passe a exercer a sua cidadania.

Palavras-chave: Inclusão, língua de sinais, educação de surdos, deficiente auditivo, ensino de LIBRAS.

ABSTRACT

The present work aims to highlight the importance of the LIBRAS for the development of the deaf, starting from the observation that the natural language of the deaf is sign language, therefore it should be the mother tongue and most of these deaf people come from homes of hearing parents, Which emphasizes still more the importance and necessity to use the teaching of the same in the school context, considering the linguistic rights, the deaf have rights to use their mother tongue in all situations and the Brazilian educational institutions, supporting its use and Diffusion universalizing, thus its teaching of LIBRAS, Education of the deaf. At the beginning of the 90s, there was a curricular structuring where Libras should be inserted as a compulsory discipline in teacher training courses for the teaching of public and private institutions at the intermediate and higher levels of the federal system Of education and of the education systems of the States, Federal District and Municipalities. Obviously a challenge is faced, to make the school an open space suitable for inclusive education. It is known that many obstacles are encountered, particularly on the principles of inclusive education to meet the specific needs of

Licenciada em Pedagogia pela Universidade São Judas Tadeu (USJT), São Paulo – S.P. Professora da

Rede Municipal da Cidade de São Paulo. Email: pricaalves84@hotmail.com

each student with hearing impairment, but for true inclusion, teachers must also have support from the Disability, promoting the accessibility of it in a regular education class so that it can acquire autonomy incentives and a creative critical spirit and begin to exercise its citizenship.

Keywords: Inclusion, sign language, education of the deaf, hearing impaired, teaching of LIBRAS.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem, portanto, tem um grande significado social, ela proporciona ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um grupo ao mesmo tempo em que constituem a sua singularidade. "A linguagem é um poderoso instrumento para a interação social, desenvolvimento e significação humana."Por isso aprender libras para os surdos, faz com que eles se sintam cidadão, que fazendo parte da sociedade, é o grito dos surdos na sociedade dizendo que "eu existo".

Na discussão sobre a educação dos surdos, devem-se relevar as necessidades e dificuldades linguísticas dos mesmos. Atualmente, entende-se, na educação desses alunos, a primeira língua deve ser a de sinais, pois possibilitam a comunicação inicial na escola em que eles são estimulados a se desenvolver, uma vez que os surdos possuem certo bloqueio para a aquisição natural da linguagem oral.

Diante de tais reflexões o objetivo é evidenciar a importância da língua de sinais na educação do sujeito surdo em classes regulares. A utilização da língua de sinais vem sendo reconhecida como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam não de forma oral, mas visual. Esse tipo de linguagem, assim como a oral possui riquezas linguísticas e oferece as mesmas possibilidades de constituição de significados, além de cumprir um papel fundamental na educação dos surdos, não podendo ser ignorado pela escola no processo ensino e aprendizagem deste educando e constitui uma base para sua comunicação.

O ensino de libras vem sendo reconhecido como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam.

Essa linguagem é um elemento essencial para a comunicação e fortalecimento de uma identidade Surda no Brasil e, dessa forma, a escola não pode ignorar no processo de ensino aprendizagem.

A educação inclusiva se orienta pela perspectiva da diversidade, com metodologias e estratégias diferenciadas, com responsabilidade compartilhada, cuja capacitação do professor passa pelo conhecimento sobre a diversidade, com a família, responsabilidade para com o exercício da profissão. As transformações acontecem na atividade principal, quando o aluno esta dentro da sala de aula.

Este é o principal motivo de haver modificação, pois sem ela, não haverá mudança, considerando que as relações e a constituição do ser humano acontecem nas situações mais ocultas da vida.

O ensino de dessa linguagem é uma questão preocupante no contexto da educação dos surdos, pois o reconhecimento da importância do estudo da mesma no ensino de surdos, ainda é deixado de lado. Portanto há uma necessidade maior de reflexão no sentido de evidenciar a sua importância.

A principal função da escola é possibilitar ao aluno adequar-se ao conhecimento ensinado pelo professor. Neste processo de ensino aprendizagem, os conceitos oferecidos pela escola interagem com os conceitos do senso comum aprendidos no cotidiano e, nessa interação é que a escola reorganiza os ensinamentos modificando-os, que se consolidam a partir do senso comum.

2 LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais

A história da nossa língua de sinais se mistura com a história dos surdos no Brasil. Até o século XV os surdos eram mundialmente considerados com ineducáveis. A partir do século XVI com mudanças nessa visão acontecendo na Europa, essa ideia foi sendo deixada de lado. Teve início a luta pela educação dos surdos, na qual ficou marcada a atuação de um surdo francês, chamado Eduard Huet. Em 1857, Huet veio ao Brasil a convite de D Pedro II para fundar a primeira escola para surdos do país, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos. Como passar do tempo,o termo surdo mudo" saiu de uso por ser incorreto mas que persistiu e funciona até hoje, com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – a famosa INES.

A Libra foi criada, então junto com INES a partir de uma mistura entre a Língua Francesa de Sinais e de gestos já utilizados pelos surdos brasileiros.

Ela foi ganhando espaço pouco a pouco, mas sofreu uma grande derrota em 1880. Um congresso sobre surdez em Milão proibiu o uso das línguas de sinais no mundo, acreditando que a leitura labial era a melhor forma de comunicação para os surdos. Isso não fez com que eles parassem de se comunicar por sinais, mas atrasou a difusão da língua no país.

Com a persistência do uso e uma crescente busca por legitimidade da língua de sinais, a Libras voltou a ser aceita. A luta pelo reconhecimento da língua, no entanto, não parou. Em 1993 começou uma nova batalha, com um projeto de lei que buscava regulamentar o idioma no país. Quase dez anos depois, em 2002, a Libras foi finalmente reconhecida como uma língua oficial do Brasil.

O Brasil hoje conta hoje com cerca de 10 milhões de surdos, isso equivale a aproximadamente 5% da população brasileira. Essa

conquista se somou a outras mais atuais, que sempre passaram pelo campo da legislação. Nos últimos anos não foram poucas as leis e recomendações que buscam regulamentar aspectos de línguas de sinais e da comunidade surda.

Em 2004, lei que determina o uso de recursos visuais e legendas nas propagandas oficiais do governo. Em 2008, instituído o Dia Nacional dos Surdos. Em 2010, foi regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras. Em 2015, publicação da Lei Brasileira de Inclusão que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, atendimento, cultura, trabalho e etc. Em 2016, Anatel publica resolução com as regras para o atendimento das pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é utilizada por deficientes auditivos para a comunicação entre eles e entre surdos e ouvintes. Para melhor nos inteirarmos dessa realidade é interessante que essa linguagem se faça conhecer, e que haja uma procura por ela com o interesse de aprendê-la.

Ao contrário do que imaginamos ao perceber a existência desse tipo de linguagem, a Libra não é apenas uma medida paliativa para se estabelecer algum tipo de comunicação com os deficientes auditivos, mas é uma língua natural como qualquer outra, com estruturas sintáticas, semânticas, morfológicas, etc. A diferença básica é que ela também utiliza a imagem para expressar-se. Para se aprender LIBRAS deve-se, portanto, passar por um processo de aprendizagem de uma nova língua, tal qual fazemos quando nos propomos a aprender francês, inglês, etc.

A Libra é uma das linguagens de sinais existentes no mundo inteiro para a comunicação entre surdos. Ela tem origem na Linguagem de Sinais Francesa. As linguagens de sinais não são universais, elas possuem sua própria estrutura de país pra país e diferem até mesmo de região pra região de um mesmo país, dependendo da cultura daquele determinado local para construir suas expressões ou regionalismos.

Para determinar o seu significado, os sinais possuem alguns parâmetros para a sua formação, como por exemplo a localização das mãos em relação ao corpo, a expressão facial, a movimentação que se faz ou não na hora de produzir o sinal, etc.

Há algumas particularidades simples, que facilitam o entendimento da língua, como o fato de os verbos aparecerem todos no infinitivo e os pronomes pessoais não serem representados, sendo necessário apontar a pessoa de quem se fala para ser entendido. Há ainda algumas palavras que não tem sinal correspondente, como é o caso dos nomes próprios. Nessa situação, as letras são sinalizadas uma a uma para expressar tal palavra.

A libra, não é apenas uma linguagem, uma vez que prestam as mesmas funções das línguas orais, pois ela possui todos os níveis linguísticos e como toda língua de sinais, a Libra é uma língua de modalidade visual-gestual, não estabelecida através do canal oral, mas através da visão e da utilização do espaço.

Como a língua de sinais se desenvolve de forma, é lógico e aceitável que os surdos se comuniquem naturalmente utilizando as mãos, cabeça e outras partes do corpo, por estarem privados da audição.

Para Felipe (1998), pesquisas sobre as línguas de sinais vêm mostrando que essas línguas são tão compatíveis quanto em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais. Elas expressam ideias sutis, complexas e abstratas. Os seus usuários podem discutir filosofia, literatura ou política, além de esportes, trabalho, moda e utilizá-las com função estética para fazer poesias, teatro e humor.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua natural, porque, como as línguas orais surgiram espontaneamente da interação entre pessoas, além de poderem expressar qualquer conceito do concreto ao abstrato. Considera-se que a Libras é ou deve ser a língua materna dos Surdos brasileiros, porque tendo os Surdos bloqueios para aquisição espontânea de qualquer língua natural oral, eles só vão ter acesso a uma língua materna que não seja veiculada através do canal oral-auditivo.

Os processos de desenvolvimento da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente tornando-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem os alunos com surdez adquirir linguagem aperfeiçoando esse potencial.

Quando uma criança surda tem acesso a sua língua natural, ou seja, a língua de sinais, ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante a dos ouvintes, diferindo apenas na forma como aprendem que é visual e não oral-auditiva. No entanto, a maioria das crianças surdas vêm de famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais, e por isso, é essencial a imersão escolar na primeira língua das crianças surdas, já que essa aquisição da linguagem permitem o desenvolvimento das funções cognitivas.

Atualmente, no Brasil, muitas escolas vêm implementando uma proposta bilíngue na educação dos surdos, ou seja, aprendizado da Libra e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Isto tem sido o resultado de lutas dos surdos brasileiros por uma educação que atenda de forma eficaz suas necessidades linguísticas.

Não se sabe certo onde surgiu a língua de sinais nas comunidades surdas, mas

foram criadas por homens que tentaram recuperar a comunicação através dos demais canais por terem um impedimento auditivo. Não existem registros oficiais do surgimento da língua de sinais no mundo. Alguns educadores, mesmo fracassando não mediam esforços para fazer os surdos falarem, inclusive no Brasil, já outros, criavam adaptações técnicas e metodologia específica para ensinar os surdos levando em consideração as suas diferenças linguísticas. No entanto, vários surdos sinalizavam entre si, criando um momento propício para a constituição de uma língua de sinais.

3 Desenvolvimento da pessoa surda

Stelling 1999, diz que o papel da família é fator relevante para o desenvolvimento da criança, pois é o alicerce da personalidade subjetiva é construída a interação familiar e é de fundamental importância na constituição social do indivíduo. Logo a família é o primeiro local onde as capacidades das crianças são desenvolvidas, o lugar ideal para se iniciar o atendimento de base para os surdos. É no espaço familiar que os valores e as crenças são transmitidos de geração em geração. Diante disso, é importante ressaltar que o modo como à criança surda é tratada no contexto familiar terá influência sobre a imagem que ela terá de si mesma.

Para que o surdo, segundo Dizeu e Caporali (2005), possa reconhecer sua identidade, é importante que ele estabeleça o contato com a comunidade surda, para que realize sua identificação com a cultura, os costumes, a língua e, principalmente, a diferença de sua condição. É necessário que o mesmo se mantenha integrado em sua comunidade, se relacione com seus pares, sem se isolar da comunidade majoritária. O objetivo dessa interação é a constituição da identidade surda, de se aceitar como uma pessoa normal, com potencialidades e limitações, e apenas surda, pois é por intermédio das relações sociais que o sujeito tem possibilidade de aceitação e representação de si próprio e do mundo, definindo assim suas características e seu comportamento diante dessas vivências sociais.

A relação entre o homem e o mundo acontece mediada pela linguagem, porque permite ao ser humano planejar suas ações, estruturar seu pensamento, registrar o que conhece e comunicar-se.

A língua é o principal meio de desenvolvimento do processo cognitivo do pensamento humano. Por isso a presença de uma língua é considerada fator indispensável ao desenvolvimento dos processos mentais.

A disposição de um ambiente linguístico é necessária para que a pessoa possa sintetizar e recriar os mecanismos da língua. É através da linguagem que a criança percebe o mundo e constrói a sua própria concepção.

A cultura, a linguagem e o diálogo são fatores essenciais para o desenvolvimento do individuo. É justamente esta é a área comprometida no surdo. A conclusão é que as consequências da surdez ultrapassam as dificuldades comunicativas e atinge todas as áreas do desenvolvimento. Por isso reconhecer o surdo em todas as suas potencialidades é fundamental. O desenvolvimento linguístico e a aprendizagem de uma língua são fundamentais para a formação da cognição. Embora a criança surda se depare com muitas dificuldades devido aos aspectos do desenvolvimento linguístico, suas potencialidades de desenvolvimento de estruturas e funções cognitivas são as mesmas que as das crianças ouvintes.

Para compreender o desenvolvimento cognitivo da criança surda é interessante analisar os conceitos de desenvolvimento, linguagem e aprendizagem relacionando com o contexto da surdez.

A aquisição da linguagem se dá através de canais sensoriais, sendo a audição um canal sensorial de extrema importância. Por isso a perda auditiva interfere na aquisição da linguagem e em praticamente todas as dimensões do desenvolvimento da criança. Significa, então, que a criança surda não necessariamente irá apresentará dificuldades e déficits na sua aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e por não adquirir a linguagem, pois a linguagem não se resume apenas à modalidade auditiva oral que necessita do canal sensorial da audição para ser adquirida, mas é um aspecto muito mais abrangente e as crianças surdas desenvolvem a linguagem, porém numa modalidade diferente da linguagem dos ouvintes. Por isso é importante compreender o que é linguagem para especificar bem essa questão. Entendese por linguagem tudo quanto serve para expressar ideias, sentimentos, modos de comportamento. Linguagem também é todo sistema de signos que serve de meios de comunicação entre indivíduos e pode ser percebido pelos diversos órgãos do sentido, o que leva a distinguir-se uma linguagem visual, uma linguagem auditiva, uma linguagem tátil, etc.

Embora a audição seja o canal importante na aquisição da linguagem, não é o único. A linguagem pode ser percebida pelos diversos órgãos do sentido e por isso distinguimos linguagem oral e linguagem visual. A criança surda não pode adquirir uma linguagem oral, mas o sentido da visão lhe permite a aquisição de um tipo especifico de linguagem visual, a linguagem de sinais.

O surdo percebe o mundo de forma diferenciada dos ouvintes, através de uma experiência visual e faz uso de uma linguagem especifica para isso, a língua de sinais. A língua de sinais é antes de tudo imagens do pensamento dos surdos e faz parte da ex-

periência vivida da comunidade surda. Como artefato cultural, a língua de sinais também é submetida à significação social a

partir de critérios valorizados, sendo aprovada como sistema de linguagem rica e independente. Um outro aspecto importante da cultura dos surdos é a adoção de uma ética da vida em seus comportamentos, pois para os surdos, o que valida a ação é se ela atende ou não aos objetivos e necessidades básicas da vida, ou seja, sobrevivência, prazer e saciação.

As dificuldades dos surdos ocorrem basicamente pelo fato de viverem em ambientes que utilizam as línguas orais e auditivas e a falta da audição lhes impossibilitam de adquiri-la espontaneamente. Entretanto, as pessoas surdas desenvolvem como já salientado, uma língua de modalidade viso-motora que possibilita sua comunicação e, certamente, desempenha também a função generalizante e organizadora o pensamento.

Portanto, podemos concluir que a dificuldade do surdo não é de base orgânica, mas conforme comentado anteriormente, tem base no fator social que não utiliza a modalidade linguística da qual o surdo tem possibilidades de adquirir naturalmente. Por isso podemos pensar que se as crianças surdas que nascerem e crescerem num ambiente em que as pessoas utilizem a língua de sinais para se comunicar, terão por consequência, uma situação do ambiente sócio-cultural propícia para a aquisição espontânea da linguagem e extensivamente possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento global.

Percebemos, então que a surdez não deveria prejudicar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, e muito menos deveria ser encarada como uma deficiência que incapacita o indivíduo. Essas são características culturais da sociedade ouvinte que conduz a discriminação e marginalização dos surdos. O acesso natural à língua de sinais proporciona a aprendizagem e o

desenvolvimento por caminhos também naturais.

Embora a Declaração de Salamanca considere a questão de língua, aspecto mais peculiar na educação dos surdos, ainda assim, a língua é apenas mencionada através de recomendações e não a viabilização e inserção de um ensino que tenha a língua de sinais como alicerce. Até mesmo o Plano Nacional de Educação Especial de 1994 que afirma o direito dos surdos usarem a língua de sinais, apenas recomenda a utilização desta pelos professores de surdos e familiares. Percebemos com isso que as políticas de educação especial é de inclusão no sentido globalizado, em que as especificidades são relegadas a um plano de assistencialismo e não de garantia de acesso à educação por todos, através do reconhecimento ás diferenças.

A Linguagem corporal é uma forma de comunicação não-verbal, onde o corpo fala através de gestos, expressões faciais e posturas. A linguagem corporal surgiu bastante antes da linguagem verbal, e ainda hoje representa uma das mais importantes formas de comunicação do ser humano. Especialistas afirmam que aproximadamente 93% de toda a comunicação do ser humano não éverbal. 55% da comunicação é feita sem a utilização de palavras, ou seja, está relacionada com posturas, expressões faciais e gestos. A sonoridade de vocalização (tom de voz, ritmo e velocidade de fala) também são importante e correspondem a 36% das mensagens transmitidas.

A postura dos braços, pernas, cabeça e a expressão facial podem transmitir vários sentimentos. Por exemplo: se uma pessoa não mantêm contato visual enquanto outra pessoa está falando com ele, isso pode querer dizer que ela não está interessada na conversa ou na pessoa. Por outro lado, quando uma pessoa está com os braços, essa postura pode ser considerada defensiva, revelando insegurança. A distância entre o locutor e interlocutor também pode indicar tensão entre os dois.

A expressão facial, os movimentos e os gestos podem ser mais ou menos sutis em cada pessoa, e a forma de falar, andar ou nos sentar sempre diz algo sobre nós e sobre o que estamos sentido, que pode se refletir em nosso exterior. Inclusive existem momentos em que enviamos mensagens contraditórias falamos uma coisa, mas a nossa linguagem corporal revela outra.

O gesto é uma forma de comunicação não verbal de um indivíduo que possui uma grande expressividade permitindo expressar uma variedade de sentimento e pensamentos. É feito com uma ou mais partes do corpo, ás vezes usando o corpo inteiro, mãos, braços e expressões fisionômicas. Acontece sem ou com a combinação verbal podendo dar mais força á fala ou mesmo substituir.

Sinais de confianças dos cumprimentos das mulheres devem ser preferencialmente, de frente. Já para os homens, essa posição significa desafio, para eles, a melhor abordagem é feita pela lateral, postura que por sua vez, gere desconfiança nas mulheres.

A postura deve ser ereta e com os ombros jogados para trás, os gestos com as mãos e com os braços devem seguir as suas palavras, os discursos devem ser lento e claro, e o tom deve ser moderado.

Alguns sinais dos signos comuns que demonstram que a pessoa está falando pode estar na defensiva: os olhos do interlocutor não mantêm contato com os seus durante muito tempo o estão com expressão de desanimo, mostra poucas expressões faciais e os gestos das mãos e braços são breves e se realizam perto do corpo.

Sinais que a outra pessoa está mentindo: mudança no tom de voz pode haver gaguejo e pigarreio; os olhos do interlocutor mantêm pouco ou quase nenhum contato com seus ou inclusive podemos perceber um rápido movimento deles; a mão ou os dedos colocam-se em frente da boca ao falar; o corpo do interlocutor fica afastado de você e podem existir gestos fora do comum; mudança na cor da pele do rosto ou pescoço como ruborização e aumento de transpiração.

4 A Importância da Educação Inclusiva

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade não requer apenas acessibilidade de locomoção. Requer, também, aceitação social e a garantia de que ela ocorra.

A criança, ao ser diagnosticada com qualquer tipo de deficiência, seja ela intelectual, física ou auditiva, tem direitos semelhantes às demais. Além disso, o cuidado especial destinado a ela, principalmente no que diz respeito à educação, é um dever do Estado e um direito previsto em lei.

Para garantir a assimilação de conceitos, a criança que possui necessidades especiais terá direito de participar do desenvolvimento de atividades tanto na Educação Regular, quanto em Escolas de Educação Especial. A escolha do tipo de educação a ela destinada é de responsabilidade dos responsáveis legais e deve ser pautada a partir da filosofia que a Instituição de Ensino deseja desenvolver.

A educação, portanto, mais do que assegurar a aprendizagem daquele que a utiliza, é uma forma de garantir a integração e aceitação social, sendo o primeiro passo para que a sociedade reconheça seus direitos e seu papel como cidadão.

Os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral, o que difere é o atendimento, que passa ser de acordo com as diferenças individuais do educando.

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas - ONU, as pessoas com deficiências representam 10% da população mundial. Esse percentual pode ser mais elevado quando se trata de países, como o Brasil, onde as condições socioeconômicas da população são precárias.

Existem três categorias na educação especial:Na categoria dos dependentes, estão aqueles atendidos somente em clínicas, pois, dependem totalmente de serviços necessários para sua total sobrevivência, não conseguem ter hábitos higiênicos, não conseguem se vestir, necessitando de um acompanhamento de 24 horas.

Na categoria dos treináveis, estão aqueles que frequentam escolas especiais, eles já conseguem se defender dos perigos, repartir e respeitar os outros, já adquirem hábitos rotineiros de higiene, necessitando somente de ajuda e supervisão. E na maioria dos casos, o retardo é identificado nos primeiros anos de vida.

Na categoria dos educáveis, estão aqueles que frequentam classes especiais, esses já possuem vocabulário suficiente para a vida diária, e habilidade de adaptação pessoal e social, geralmente essas crianças atingem na fase adulta, uma idade de desenvolvimento mental entre sete e doze anos.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles com deficiências.

O primeiro desafio da nova reforma do ensino demanda um intenso trabalho de conscientização da necessidade da integração do portador de necessidades especiais na escola regular e supõem o desenvolvimento de um programa de conscientização de professores, técnicos, auxiliares, famílias e comunidade sobre a integração. É que não basta que os professores que vão receber crianças com necessidades especiais em suas classes sejam sensibilizados, é preciso que a escola como um todo se conscientize dessa nova missão. Frente a todas as dificuldades para implementação da Escola Inclusiva no Brasil está a convivência entre alunos deficientes e não deficientes que têm a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças presentes na coletividade.

A Lei 9394/96, no capítulo V, artigo 58, coloca que os portadores de necessidades educativas especiais devem ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, haverá serviços de apoios especializados, para atender as peculiaridades da clientela. Os demais artigos deste capítulo da lei também falam da Educação Especial.

Querendo agir no sentido de acabar com a discriminação sofrida pelas pessoas portadoras de necessidades especiais. Nos Princípios Básicos da educação Especial está expressa a preocupação com o desenvolvimento integral do educando e, acima de tudo, respeitando-o e proporcionando uma educação de qualidade visando torná-lo um indivíduo produtivo na sociedade em que vive. Coloca a importância da educação se assentar em princípios democráticos alicerçados na dignidade, liberdade e igualdade.

Necessidades educacionais especiais é uma expressão que foi consagrada na Declaração de Salamanca (1994) e referem-se a todas as crianças, jovens e adultos que durante sua vida escolar apresentam alterações no processo de aprendizagem, temporárias ou permanentes, que requerem das escolas decisões e atitudes diferenciadas daquelas que usualmente ocorrem para o conjunto dos alunos.

Falar sobre a inclusão de alunos com deficiências na educação regular requer que se olhe para esta questão sob diferentes aspectos, para que não se seja simplista é preciso olhar pelos aspectos político, conceitual e pedagógico.

A Educação tem, hoje, na perspectiva da inclusão, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais. Tudo indica para a necessidade de mudança.

O maior desafio para a escola neste inicio de século é cumprir com eficiência a proposta de inclusão, ou seja, desenvolver um trabalho visando à educação para todos. Os tempos estão mudando e hoje já se encontram nas salas de ensino regular muito alunos com deficiências sensoriais, físicas ou mentais ao lado de crianças e adolescentes considerados normais. São as "escolas para todos", nas quais se reconhecem e se respeitam às diferenças, buscando promover a aprendizagem e atender às necessidades de iguais e desiguais.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96 estabelece que "(...) todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças (...)", acreditando que "todos os educados são capazes de aprender". O direito à cidadania de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais está sendo garantido, porém nem sempre foi assim.

Esse movimento demorou anos e está sendo construído em vários momentos históricos sobre os quais se faz a seguir um breve relato. O ano de 1981 foi o marco inicial do conceito da sociedade inclusiva com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. 1983 a 1992 seguiram-se a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência.

Na cidade de Jontiem, na Tailândia, em 1990, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde se observaram o esforço coletivo de vários organismos internacionais visando assegurar educação básica de qualidade para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Neste grandioso evento, a UNESCO garante a democratização da educação sem levar em conta às particularidades dos alunos, mas sim suas potencialidades.

Após esse encontro na Tailândia, acontece, em 1994, na cidade de

Salamanca, na Espanha, um encontro onde foi elaborada a "Declaração de Salamanca" que fala sobre os princípios, a política e a prática da educação para necessidades especiais.

Também este documento evidencia a necessidade de dar-se às escolas condições para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. Esses acontecimentos internacionais ocorreram no período entre a promulgação da Constituição Federal (1988) e a LDB (1996) e o Brasil se fez presente em Jontiem e também em Salamanca, assumindo o compromisso de mudar sua política educacional.

Essa intenção pode ser observada na Constituição Federal no artigo 208 (III) que garante aos portadores de necessidades educacionais especiais "atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino". A preocupação com o respeito e a diversidade humana está evidenciada em vários documentos publicados pelo MEC. No PCN - Com os novos paradigmas, as pessoas com deficiência têm sido vistas de forma diferente, observa-se que estas pessoas podem ser participativas e capazes e, portanto devem ser respeitadas e valorizadas em suas diferenças e que as oportunidades de desenvolvimento precisam ser oferecidas e elas.

A inclusão não deve ocorrer só na escola, antes da criança vir para a escola ela deve estar totalmente incluída na família, na comunidade, na igreja, praça, parquinho, entre outros segmentos da sociedade, pois só assim será possível alcançar um desenvolvimento global e harmonioso. Ao ingressar na escola regular, a criança surda enfrenta seu maior problema. Quando a criança surda entra na escola e tem o conhecimento à língua dos sinais terá maior facilidade desenvolver-se, pois poderá comunicar-se com os demais alunos utilizando dessa linguagem. Porém nem todas as crianças terão acesso a essa aprendizagem fora da escola.

4.1 O Uso de Libras no Contexto Escolar

Todas as pessoas têm o direito de estar na escola (Constituição Federal, Art. 205), assim Ferreira (1999) define a escola como um estabelecimento público onde se ministra o ensino de forma coletiva, porém em sua essência a escola.

Percebe-se então que a escola é muito importante na formação do sujeito em todos os aspectos. É um lugar de aprendizagem de diferenças e de trocas de conhecimentos, precisando, portanto atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões (Carvalho, 2004). A Declaração de Salamanca (1994) prevê uma educação inclusiva onde todas as crianças podem aprender juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, raciais, lingüísticas ou outras. No caso do surdo sua educação é prevista em sua língua nacional de signos, a língua de sinais. Já a LDBEN/96 (Lei manca (1994) e na Constituição Federal de 1988, traz em seus arti-

gos especificamente 58 e 59, fundamentos e princípios para uma educação inclusiva de qualidade que atenda a todos os educandos através de adequações específicas para atender as necessidades dos portadores de deficiências.

Para Carvalho (2004) não basta apenas colocar os deficientes em classes regulares, se faz necessário assegurar-lhes garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação inclusiva marginal e excludente.

Na educação dos surdos, o que lhes constitui uma barreira de aprendizagem diz respeito às questões referentes à sua linguagem. Estes sujeitos não ouvem, por isso, têm grandes dificuldades em se comunicar e aprender, embora sejam iguais aos ouvintes, as precisam de uma educação diferente que o respeite na sua diferença.

Atualmente no Brasil há um crescente discurso sobre a educação bilíngue para surdos. O termo bilinguismo significa "utilização regular de duas línguas por indivíduos, ou comunidade, como resultado de contato linguístico" (Ferreira, 1999, p. 300). Ser bilíngue, portanto é falar e escrever em duas línguas.

O surdo tem direito a esta educação e a mesma deve acontecer de maneira que, segundo Quadros, (2006) o português deveria ser ensinado aos surdos como segunda língua. Dessa forma a escola deveria apresentar alternativas voltadas às necessidades linguísticas dos surdos, promovendo estratégias que permitam a aquisição e o desenvolvimento da língua de sinais, como primeira língua e, paralelamente, introduzir a língua portuguesa em sua modalidade escrita, como segunda língua.

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os seus aspectos. É um lugar de aprendizagem, de diferenças e de trocas de conhecimento, precisando, portanto atender a todos sem distinção, a, fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões.

Vários são os dispositivos legais que preveem organização especial de currículos, desenvolvimento de métodos, técnicas e recursos educativos, além de professores especializados e capacitados. No caso dos surdos, trata-se de promover adequações nas ações educacionais à realidade destes sujeitos que têm ou deveriam ter a língua de sinais como língua materna.

A Declaração de Salamanca (1994) prevê uma educação inclusiva onde todas as crianças podem aprender juntas, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, raciais, linguísticas ou outras. No caso do surdo, sua educação é prevista em sua língua nacional de signos, a língua de sinais.

Na educação de surdos, o que pode constituir uma barreira no que diz respeito ao seu desempenho na aprendizagem, está relacionado com questões referente à sua linguagem. Não basta somente que o surdo seja incluído em salas do ensino regular, mas principalmente que sejam atendidos nas suas necessidades linguísticas. Portanto, os surdos precisam de uma educação que os respeite nas suas diferenças.

Para Carvalho (2004) não basta colocar as pessoas com deficiência em classes regulares, se faz necessário assegurar-lhes garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação excludente.

Diferentemente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas entram na escola sem aquisição de língua, uma vez que a maioria delas vem de famílias ouvintes que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a LIBRAS seja, no contexto escolar, não só língua de instrução, mas, disciplina a ser ensinada.

Por isso é imprescindível que o ensino de LIBRAS seja incluído nas séries iniciais do ensino fundamental para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber informações escolares em língua de sinais. O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, o seu uso por toda comunidade escolar (surdos e ouvintes) promove a comunicação e interação entre os mesmo, por isso o ensino da Libra pode ser estendido aos alunos ouvintes.

Por isso não basta somente a escola colocar duas línguas nas classes, é preciso que haja a adequação curricular necessária, apoio para os profissionais especializados para favorecer surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado a particularidade de cada aluno.

Segundo SKLIAR (2005, p. 27): " Usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas".

As diferentes formas de proporcionar uma educação às crianças de uma escola, dependem das decisões político-pedagógicas adotadas pela escola. Ao optar por essa educação, o estabelecimento de ensino assume uma política em que duas línguas passarão a ser exercitadas no espaço escolar.

Para tornar a escola um espaço aberto e adequado ao ensino inclusivo, é preciso que haja uma verdadeira inclusão. É importante frisar que segundo a lei brasileira é previsto a presença de interpretes de libras nas diferentes instituições sociais, como por exemplo, escolas, universidades, programas de televisão, palestras, eventos sociais entre

outros. O que por sua vez facilita a melhor compreensão entre surdos e ouvintes.

É notório perceber que a exclusão ainda existe, mas através da educação inclusiva no que se discute acerca da inserção de alunos com deficiência auditiva é importante que a criança seja inserida em um sistema comunicativo em que sinais e falas estejam presentes, para abrir a possibilidade do diálogo e da representação na criança surda.

O uso de comunicação alternativa em sala de aula (desenhos, mímicas e expressão corporal) auxilia o professor que não domina as técnicas da libras. No que se refere à avaliação deve acontecer de acordo com as necessidades do aluno, considerando mais o conteúdo do que a forma com a qual a criança se expressa.

A linguagem de sinais é sem dúvidas um elemento fundamental para a comunicação e fortalecimento de uma identidade surda, e a escola não pode ignorar esse processo de ensino aprendizagem. Todavia a escola deve possibilitar ao aluno adequar-se ao conhecimento passado pelo professor.

Como mesmo consta na Constituição da República Federativa do Brasil,

III, Art. 205 "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

De acordo com Quadros (1997), no Brasil as crianças surdas geralmente não têm acesso a uma educação especializada, e é comum encontrarmos surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série.

Portanto a utilização das Libras deve ser cada vez mais incentivada na sociedade e não utilizada apenas em algumas instituições escolares, pois esta possibilita o surdo a interagir em sociedade, construir sua identidade, colaborando ainda para a melhoria da qualidade de vida da população surda, além de assegurar os direitos como cidadão e o respeito às diferenças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Libras representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno. Logo, é imprescindível para a criança surda e para sua família que o contato com a língua de sinais seja estabelecido o mais rápido possível, pois quando a família aceita a surdez e a Libras como uma modalidade comunicativa importante e passa a utilizá-la com a criança, esta irá apresentar condição para realizar novas aquisições, impulsionando seu desenvolvimento linguístico.

Com essa pesquisa conclui-se que a cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos constituem grupos sociais que têm interesses, objetivos, lutas e direitos em comum, e ainda terão de lutar por muito tempo para mudar a visão social ouvinte da surdez e, sobretudo para exercer plenamente sua cidadania e liberdade de decidir. Daí a importância da formação consciente das crianças surdas, que a partir do acesso a sua língua natural terá possibilidades distintas no seu desenvolvimento global, equipando-se para a busca da sua cidadania.

Portanto, a família, exerce um papel determinante para o estabelecimento da língua de sinais como língua funcionante no discurso da criança surda nos primeiros anos de vida. Quando a criança não recebe o suporte familiar, apresentará, muitas vezes, resultados insatisfatórios quanto ao desenvolvimento da linguagem e da comunicação, o que irá afetá-la emocionalmente. A família é o alicerce para a criança, e quando esta base não está firme gera comportamentos agressivos e frustrações.

Autores afirmam que as crianças surdas deveriam ter acesso à língua de sinais da mesma forma que as crianças ouvintes, ou seja, de forma natural, espontânea, seguindo as mesmas etapas. Isso poderá acontecer se a criança surda viver num ambiente em que as pessoas que convivem com ela utilizem a língua de sinais, neste caso em especial, a família e a escola.

Desta maneira, este artigo reafirma que a inclusão de alunos surdos na sala de aula do ensino comum é uma proposta não relacionada somente com as questões da surdez, mas com questões que envolvem uma diferença diversificada num sentido de que outros caminhos pedagógicos devem ser trilhados para que estes alunos possam vir a constituir-se como um sujeito surdo pertencente a uma sociedade cuja maioria é de ouvintes. Dentre estes ouvintes, outras diferenças também existem, pois vivemos em uma sociedade que também não reconhece as necessidades dos ouvintes, não tem um olhar para suas particularidades.

Há muito que se fazer ainda no que se diz respeito sobre a educação especial. As instituições de ensino precisam proporcionar mais recursos linguísticos para os deficientes auditivos para que eles possam se desenvolver de forma autônoma, preparando - se para os desafios do cotidiano fazendo a diferença.

Desta forma, será no cotidiano da inclusão escolar, através das experiências e reflexões das mesmas, que se estabelecerá no processo social, as maneiras para a inclusão e quais serão as propostas pedagógicas utilizadas para o ensino das crianças com neces-